

A III CONFERÊNCIA DOS CHANCELERES AMERICANOS DE 1942: O PONTO DECISIVO DA POLÍTICA EXTERNA GETULISTA

Delmo de Oliveira Arguelhes¹

Resumo: A porta de entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial foi justamente a Conferência dos Chanceleres do Rio de Janeiro, em 1942. Tal conferência foi central na política externa conduzida por Getúlio Vargas. Por um lado garantiu a concretização da longa, lenta e sutil negociação entre Vargas e Roosevelt, a aliança entre Brasil e Estados Unidos. Por outro, conduziu o Brasil a participar ativamente do conflito, a partir de 1944. Após janeiro de 1942, portanto, Vargas abandonou a política de neutralidade diante dos Aliados e do Eixo, almejando um lugar de destaque para o Brasil na política internacional. A geopolítica mundial surgida após 1945, no entanto, não garantia ao país a mesma posição estratégica dos anos 1933-42.

Palavras-chave: Política externa brasileira; Segunda Guerra Mundial; Sistema pan-americano.

¹ Doutor em História das Ideias (UnB, 2008). Pós doutorando em Estudos Estratégicos (INEST – UFF). Professor do Programa de Mestrado em Ciência Política da UniEURO (Brasília, DF).

Abstract: Brazil's gateway to World War II was precisely the Conference of Foreign Ministers of Rio de Janeiro in 1942. This conference was central to the foreign policy conducted by Getulio Vargas. On the one hand ensured the achievement of long, slow and subtle negotiation between Vargas and Roosevelt, the alliance between Brazil and the United States. On the other, it led Brazil to actively participate in the conflict, from 1944. After January 1942, Vargas abandoned the policy of neutrality in the face of Allies and Axis, aiming for a prominent place for Brazil in international politics. The geopolitical world that emerged after 1945, however, no guarantee to the country the same strategic position of the years 1933-42.

Keywords: Brazilian foreign policy; Second World War; Pan-American system.

A Segunda Guerra Mundial (1939-45) foi o ato final de um drama que alguns estudiosos denominam *A Guerra dos Trinta Anos do Século XX* (1914-45). Esta modificou o cenário mundial drasticamente, colocando em xeque até mesmo a ideia de civilização, diante da prática da guerra total. Houve uma queda vertiginosa da influência europeia no mundo e ascensão das superpotências Estados Unidos e União Soviética; início do fim do colonialismo; novos desafios foram colocados em todos os campos, desde a política, sociedade e economia até o direito, educação e produção cultural.

A política externa do Primeiro Governo Vargas (1930-45) foi, e ainda é, objeto de inúmeras pesquisas acadêmicas, mobilizando grande interesse não apenas do mundo acadêmico, como também do público em geral. Tal interesse é motivado não apenas pelo envolvimento do país no conflito em si, como também pelo início de transformações profundas que o Brasil sofreu em meados do século XX, como a industrialização de fato – processo concluído ao final do Governo Kubitschek (1956-60) –, como também em modificações nas estruturas sociais e políticas. Neste cenário multifacetado e movente, o Brasil buscou um lugar no mundo, ao mesmo tempo que se modificava. A política externa de Vargas é tida como pragmática e exemplar. Ele teria conduzido a aproximação do Brasil com os Estados Unidos de modo a extrair o máximo de vantagens para a visão desenvolvimentista que tinha sobre o país.

Elegemos aqui, como centro de nossa narração a *III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas*, no Rio de Janeiro – objeto de nossa dissertação de mestrado (ARGUELHES, 1996). Não foi apenas o momento temporal que marcou o fim da neutralidade brasileira, mas, através de negociações sutis com o governo norte-americano, alimentou-se um sonho, uma projeção mundial da nação, como aliado preferencial da superpotência ocidental. Experiências e expectativas entrelaçadas que indicavam um futuro auspicioso para o Brasil. No entanto, o projetar para o futuro é, no mínimo, algo um tanto quanto complicado. Experiência e expectativa não são figuras simétricas, nem tampouco imagem especular uma da outra (KOSELLECK, 2006: 310). São temporalidades que se projetam ao passado (a memória da experiência) e ao futuro (o horizonte movente das expectativas) e fornecem pistas valiosas para a narrativa histórica. A guerra mundial havia colocado uma grande oportunidade e bastaria ao governo brasileiro aproveitá-la em nome de um projeto nacional.

Muitos autores perguntaram acerca da margem de manobra brasileira à época, ou seja, qual o limite para a atuação do país no palco da política internacional. O limite externo para tal projeção: o quanto o país poderia avançar no sistema. Afinal de contas, Vargas soube negociar e se impor perante os Estados Unidos. Siderúrgicas, armas modernas, novos fluxos de investimentos. Tudo isso pode ser considerado subsídio para o desenvolvimento, mas também são símbolos poderosos de progresso e poderio. Conforme a assertiva de Jean-Baptiste Duroselle, enquanto existem atos de política interna pura, não existe política externa pura; todo ato de política externa tem reflexos internos (2000: 57). Então, talvez seja lícito perguntar não até que ponto desejamos agir no cenário internacional; mas como esse *acting-out* oferece imagens de grandiosidade para o público interno e até que ponto a ação externa gira em torno das repercussões domésticas.

Após a Conferência do Rio de Janeiro, as demandas norte-americanas em relação ao Brasil diminuíram consideravelmente, junto com a capacidade de negociação nacional *vis-a-vis*. As esperanças e frustrações desse posicionamento brasileiro foram muito bem expressas no título de um livro de Gerson Moura, *Sucessos e ilusões* (1991).

A Crise de 1929 e a subsequente recessão da década de 1930 desestabilizaram não apenas as economias nacionais e o jogo de trocas internacional, como também provocaram abalos nas relações políticas entre os países. A partir do governo Franklin D. Roosevelt (1933-45), além de modificar a atitude política em relação à América Latina, os Estados Unidos reviram também seu plano de investimentos para a região, mudando as áreas de atuação do capital e passaram a enfrentar um novo problema, a concorrência alemã.

A Alemanha passou por várias crises econômicas e políticas após a Grande Guerra de 1914-18. Com a nação germânica em crise (a lógica do quanto pior, melhor), o Partido Nazista conseguiu chegar ao poder, em janeiro de 1933. Poucos meses depois, Adolf Hitler passou a engendrar um estado de exceção o qual, após setembro de 1939, tornou-se totalitário. Objetivando reerguer economicamente a Alemanha, foram feitos grandes investimentos na indústria de base e principalmente na indústria bélica, apesar do Tratado de Versalhes proibir a existência de uma força realmente efetiva. Para escapar do controle aliado (principalmente da França e da Grã-Bretanha), os alemães produziam tanques e aviões em instalações disfarçadas e os testavam na Itália e União Soviética, desde a década de 1920. Com a subida ao poder dos nazistas, a pesquisa e o desenvolvimento bélicos foram intensificados, principalmente após a denúncia do Tratado de Versalhes (1935), quando foi oficializada a existência da *Luftwaffe* (Força Aérea) e das *Panzer Division* (Divisões Blindadas). Sendo um país pobre em alguns recursos naturais, a Alemanha necessitava importá-los para seu parque industrial e, como a maior parte da África e da Ásia estava sob o jugo colonial, a América Latina tornou-se o fornecedor de matéria-prima ideal para o *III Reich*.

De 1933 até 1939, o comércio entre a Alemanha e a América Latina, mais especificamente, Brasil e Argentina, cresceu progressivamente, ante grande apreensão norte-americana. O comércio com a Alemanha era feito através do sistema ASKI (Marcos de Compensação) onde o valor da mercadoria exportada para os alemães era creditado no *Reichsbank* e só poderia ser utilizado para pagar as importações de produtos alemães (McCANN Jr, 1973: 150).

Obviamente isso feria os interesses mercantis norte-americanos, pois era mais favorável o livre-comércio, diferente da situação do Brasil e da Alemanha, onde a escassez de dólares e de libras fez com que o sistema ASKI se tornasse atraente para ambos. Em 1938, os maiores fornecedores externos do Brasil eram os alemães, enquanto nas exportações do país, a Alemanha estava em segundo lugar, superada apenas pelos Estados Unidos.

Com este quadro formado, tornou-se necessário para os Estados Unidos neutralizar a crescente influência alemã na América Latina e conquistar o apoio continental. Essa questão não resumia-se apenas à Alemanha; A hegemonia norte-americana na região dependia da capacidade de erradicar, ou pelo menos diminuir radicalmente, o comércio europeu como um todo. O presidente Franklin Roosevelt lançou então a política da Boa Vizinhança, em substituição a do *Big Stick*. Visava assim conquistar 'corações e mentes' latino-americanos, sem a necessidade do uso da força. A política de Boa Vizinhança forneceu aos Estados Unidos a aparência amigável e desinteressada tão exaltada pelo seu discurso pan-americanista. Pela localização e dimensão, o Brasil se tornou o país-chave, a pedra angular na qual os norte-americanos tentariam montar seu sistema de poder no continente, ou seja os Estados Unidos queriam agregar uma rede de Estados subordinados ao sul do Rio Grande sob sua direção e dependência político-econômica (MOURA, 1980: 41), visando assim projetar sua influência ao resto do planeta. A partir desse momento, os Estados Unidos passaram a formular sua política de defesa não mais em termos nacionais, mas sim em termos continentais (GAMBINI, 1977: 32).

Neste contexto, a importância relativa do Brasil no cenário mundial cresceu num nível sem precedentes, aumentando assim sua capacidade de negociação perante os grandes países capitalistas. Vargas percebeu esse fato e aproveitou-se disso para conseguir subsídios no exterior para a modernização nacional, listando vários pontos a serem alcançados pela política exterior: construção de uma usina siderúrgica, para a incipiente indústria brasileira, intensificação dos investimentos estrangeiros e reequipamento das forças armadas. A cada recusa norte-americana de fornecer ajuda, os alemães acenavam com disposição a satisfazer as necessidades do Brasil, logo os Estados Unidos tiveram que ceder a fim de ganhar a confiança brasileira.

Em 1938 Getúlio Vargas nomeou Oswaldo Aranha Ministro das Relações Exteriores do Brasil. Aranha, grande admirador dos Estados Unidos, representava a face pan-americanista do governo Vargas, enquanto as instituições eram ditatoriais e outros membros do governo eram admiradores de regimes fascistas, fornecendo assim uma imagem ambígua, que contribuiu para o não-alinhamento brasileiro até 1942, e deu a Getúlio Vargas uma relativa margem de manobra para negociar perante os blocos de poder emergentes no cenário mundial. Costumava-se dividir os membros do governo em *americanófilos* e *germanófilos*. A imagem do 'perigo alemão' já era usada pela imprensa norte-americana desde o início do século XX. Insistia no expansionismo germânico, afirmando que as colônias de alemães no sul do Brasil, por exemplo, poderia ser usadas como cabeça de ponte de uma anexação territorial considerável. Assim como também os alemães gostavam de lembrar que o real sentido da Doutrina Monroe era a América para os Norte-Americanos.

Para tentar varrer a influência germânica na América Latina, os Estados Unidos lançaram uma ofensiva em três dimensões – política, econômica e cultural – criando inclusive um departamento especial para promover a amizade na região (McCANN Jr, 1973: 107). A criação do personagem Zé Carioca de Walt Disney e visitas ao país de astros de Hollywood, que angariavam a simpatia da população, foram incentivados por este departamento. Vargas percebeu e fez uso disso. O caso da construção da Companhia Siderúrgica Nacional, que será visto adiante, é exemplar.

O discurso pan-americanista foi a mola mestra para a hegemonia norte-americana no continente. Em 1936 realizou-se em Buenos Aires a Conferência Interamericana de Consolidação da Paz, onde foram aprovadas várias resoluções, que previam a limitação de armamentos das nações americanas, prevenção de guerras entre os países do continente e a principal, o protocolo relativo a não-intervenção, que afirmava que nenhum país americano poderia interferir nos assuntos internos de outro (MRE, 1938: 14-5), o que marcava a renúncia formal dos Estados Unidos à política do *Big Stick*. Em 1938, a VIII Conferência Internacional Americana, realizada em Lima, reforçou os pontos aprovados em Buenos Aires dois anos antes: a não-intervenção e a resolução de controvérsias por meios pacíficos.

Também a Conferência de Lima aprovou o não-reconhecimento de aquisições territoriais por meio da força das armas (MRE, 1943: 134-40) e previu a existência de reuniões de consulta dos chanceleres dos países americanos quando a situação o exigisse (SEITENFUS, 1985: 256).

Nas primeiras horas de setembro de 1939, a Alemanha invadiu a Polônia, iniciando a II Guerra Mundial. Três dias depois a Grã-Bretanha e França declararam-lhe guerra. De acordo com os protocolos de Lima, foi convocada a I Reunião de Consulta dos Chanceleres das Repúblicas Americanas, na Cidade do Panamá, para decidir a posição do continente diante do conflito europeu. Segundo o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, essa Conferência era a tentativa de arregimentação dos países latino-americanos para formar um pacto de defesa sob a liderança dos Estados Unidos (SEITENFUS, 1985: 257). A principal declaração da Conferência foi a neutralidade do continente. As normas internacionais acerca da neutralidade são baseadas nas convenções da Conferência de Haia, realizada em 1907. Essas convenções tentaram estabelecer algumas regras que devem ser observadas pelos países beligerantes e neutros. Entre os deveres dos países neutros está a proibição de entregar material bélico aos países beligerantes; o Estado neutro pode receber em seu território unidades militares dos países em conflito, contudo é obrigado a vigiá-los, para impedir que voltem a participar das operações bélicas (MOSCONI, 1993: 821-4). Foi declarada também uma zona de exclusão no oceano Atlântico, visando proteger os países americanos do conflito.

Pelo fato de possuírem colônias na América, França e Grã-Bretanha foram beneficiadas por essa medida. Com o decorrer das operações bélicas, a zona de exclusão era constantemente desrespeitada, apesar dos protestos dos países americanos e ocorreram vários incidentes, inclusive o afundamento do encouraçado de bolso Admiral Graf von Spee pelos próprios tripulantes ao largo da foz do rio da Prata, para escapar da perseguição da marinha britânica. Neste período houve um grave desentendimento entre o Brasil e a Grã-Bretanha, devido ao bloqueio montado pelos britânicos contra os alemães. Um navio carregado de armas compradas pelo Brasil da Krupp foi aprisionado pela Marinha Real, apesar do protesto brasileiro. A intermediação dos Estados Unidos garantiu a entrega do material bélico no país.

Após a conquista da Polônia e sua partilha entre a Alemanha e União Soviética, o conflito entrou na fase da *Guerra de Mentira*, que correspondeu cronologicamente ao outono e inverno no hemisfério norte. França e Grã-Bretanha esperavam pelo próximo movimento alemão. Em março de 1940, para garantir o suprimento de minério de ferro das minas suecas, e proteger o flanco norte do Reich, a *Wehrmacht* (Forças Armadas germânicas) ocupou a Dinamarca e a Noruega. Em maio, os alemães invadiram a Bélgica e a Holanda e, embora os franceses e ingleses acreditassem que o ataque alemão seria na direção da fronteira belga para Paris, as *Panzer Division* atacaram pela floresta das Ardenas em direção ao Canal da Mancha, separando o Exército Francês da Força Expedicionária Britânica. Divididos, ingleses e franceses foram facilmente derrotados.

Após a queda da França, em 22 de junho de 1940, foi convocada a II Reunião de Consulta dos Chanceleres, em Havana, para discutir o destino das colônias em território americano dos países conquistados, ou seja, França e Holanda. A Conferência não reconheceu nenhuma passagem de soberania de territórios não-autônomos do continente de países europeus para outras potências extra continentais, i.e. Alemanha. Para solucionar esse problema foi assinada a Ata de Havana que previa a administração dessas colônias por uma comissão continental. Foi reafirmada também a neutralidade do continente, medidas para assegurar a paz no hemisfério ocidental e medidas para incrementar a cooperação econômica interamericana (MRE, 1944a: 19-21). Além disso foram aprovadas ao todo 21 resoluções. A resolução VIII recomendava cuidado com a "propagação de doutrinas tendentes a por em perigo o ideal democrático pan-americano e a comprometer a segurança e a neutralidade das repúblicas americanas" (MRE, 1944a: 20), numa alusão ao regime alemão e, também, ao soviético. Finalmente também havia uma resolução que previa que uma agressão a um país americano por outro país extra continental seria interpretado como uma agressão a todo o continente.

No decorrer do ano de 1940, o governo brasileiro ainda insistia junto aos Estados Unidos para reequipar as forças armadas e para a construção da usina siderúrgica, mas os norte-americanos recusavam. A Alemanha estava disposta a atender o Brasil, mas só poderia fornecer os equipamentos necessários após a guerra. Em junho de 1940, Getúlio Vargas fez dois discursos anunciando a falência da

democracia e elogiando o fascismo ('o futuro pertence aos regimes fortes'), que teve intensa repercussão na imprensa e opinião pública internacional. Comemorado nos países do Eixo e visto com preocupação pela imprensa norte-americana. Mais do que elogios e críticas, os discursos de Vargas eram uma mensagem direta aos Estados Unidos. Se os norte-americanos desejassem a cooperação brasileira, teriam que cumprir as exigências nacionais, ou então o Brasil teria uma segunda opção. E o recado foi bem compreendido pelo Presidente Roosevelt. Na segunda metade de 1940, os indícios de que os alemães poderiam ser vitoriosos a curto prazo eram grandes. A Batalha da Inglaterra ainda não havia terminado, e a *Operação Barbarossa*, a invasão da União Soviética, que só seria concretizada no ano seguinte, era desconhecida de todos. Para dar uma prova concreta ao Brasil de que a alinhamento com os Estados Unidos seria mais vantajoso, os norte-americanos assinaram o acordo da siderúrgica em 25 de setembro de 1940. Até o final de 1941, os governos brasileiro e norte-americano assinariam acordos militares, pois Washington precisava ganhar a confiança das lideranças militares nacionais, a fim de conseguir a cessão de bases no nordeste brasileiro (SEITENFUS, 1985: 351-3), que era vital para a estratégia norte-americana. Os Estados Unidos instalaram duas missões militares no Rio de Janeiro, no início de 1941 e, em outubro, foi assinado um acordo *Lend Lease* entre os dois países. Através das conferências interamericanas e negociações bilaterais, os Estados Unidos conseguiam gradualmente montar o seu sistema de poder.

Ao se realizar a II Conferência dos Chanceleres Americanos, na cidade de Havana, em 1940, foi aprovado um dispositivo que se transformou no motivo para a realização da Conferência do Rio de Janeiro: que um ataque a um país americano significava um ataque a todo continente. Esta resolução ajudou a abrir caminho para os acontecimentos posteriores, colocando a solidariedade continental em prática, diante da situação internacional.

Em oito de dezembro de 1941, dia seguinte ao ataque nipônico a Pearl Harbour, Getúlio Vargas enviou um telegrama a Roosevelt, afirmando que o governo brasileiro declarava-se "solidário com os Estados Unidos, coerente com as suas tradições e compromissos na política continental" (MRE, 1944b: 97). O presidente norte-americano respondeu logo em seguida, agradecendo o apoio brasileiro, diante da

“crise provocada pelo traidor e não provocado ataque” (AGV, 1941: 41.12.09). A maioria dos países do continente americano, em dezembro de 1941, também se declarou solidário com os norte-americanos.

A Argentina, por sua vez, manifestou um discreto apoio, limitando-se a “considerar (...) como não beligerantes aos Estados Unidos da América, ao mesmo tempo que estendia ao Japão as disposições do decreto de neutralidade, ditado em 4 de setembro de 1939” (AGV, 1941: 41.12.18/3). Tal proposta estava de acordo com a proposição uruguaia, proclamada em junho de 1941, que estabelecia que “nenhum país americano que, em defesa de seus direitos, se achar em estado de guerra com países de outros continentes, será tratado como beligerante” (MRE: 1944b: 98), e assim contornavam-se as cláusulas da Convenção de Haia, acerca da neutralidade. O governo argentino não ousava ir além devido a pressões de grupos nacionalistas, que não desejavam que os Estados Unidos estendessem sua influência à Argentina. Foi necessário inclusive, o decreto de estado de sítio para manter a ordem interna (AGV, 1941: 41.12.18/3). O Chile, a princípio, reivindicou sediar a reunião de chanceleres, e solicitou também o envio de material bélico para reequipar as forças armadas, para tornar viável a defesa do país. Contudo, o Departamento de Estado Norte-Americano negou taxativamente, e assim os chilenos proclamaram sua neutralidade em 11 de janeiro de 1942 (SEITENFUS, 1985: 382), alegando que não seriam capazes de defender mais de quatro mil quilômetros de costa que possuíam de um eventual ataque japonês.

Quando foram consultados dias antes da Conferência do Rio de Janeiro, Peru, Bolívia e Paraguai manifestaram a vontade de manter a neutralidade, podendo formar um bloco dentro da conferência com argentinos e chilenos. Todavia, depois de muita negociação, Sumner Welles, Subsecretário de Estado norte-americano, conseguiu que esses países passassem a apoiar a tese de rompimento de relações com os países do Eixo.

Diante deste quadro, o apoio brasileiro à política externa norte-americana era fundamental no âmbito pan-americano. Vargas deixou claro que a cooperação com os Estados Unidos não seria devido a simpatias pessoais ou a compromissos do pan-americanismo, seria sim feita se os norte-americanos concordassem em suprir as necessidades nacionais. Apesar do acordo da siderúrgica já ter sido assinado em setembro de 1940, o governo brasileiro necessitava

também reequipar e modernizar as forças armadas, pois os acordos de 1941 permaneceram como letra morta. Para garantir o apoio brasileiro, Roosevelt escreveu a Vargas em 7 de janeiro de 1942, assegurando que forneceria ao Brasil, assim que estivessem disponíveis, os armamentos necessários para a defesa nacional e também agradecia a cessão das bases no Nordeste (AGV, 1942: 42.01.07/2).

A importância das bases nordestinas para os norte-americanos era imensa. Seria a ponte de ligação da América para a África, feita por aviões bombardeiros B-17 *Flying Fortress* e B-24 *Liberators*, até a Operação Tocha, realizada em novembro de 1942, que garantiu uma cabeça de ponte no litoral ocidental africano, facilitando assim a derrota do *Afrika Korps* alemão e a consequente expulsão das forças do Eixo do continente africano. Graças a isso, em 1943, os exércitos aliados invadiram a Itália. A cessão das bases nordestinas não foi conseguida sem esforço, sendo o resultado de um longo processo de negociação entre os dois governos. Em troca das bases, os norte-americanos começaram a enviar o material bélico para as forças armadas brasileiras, há muito tempo requerido, porém, não na quantidade esperada pelos militares brasileiros. Só alguns meses depois a remessa atingiu o volume esperado.

Na mesma carta de 7 de janeiro, Roosevelt lembrou também a importância da reunião dos chanceleres no Rio de Janeiro, da qual a segurança do Hemisfério Ocidental dependia diretamente, e ele estava bastante confiante na "liderança inspirada (...) do Chanceler Oswaldo Aranha com a colaboração (...) de Sumner Welles".

Para manter a aparente neutralidade brasileira antes da realização da Conferência, Luís Vergara, secretário pessoal de Vargas e Filinto Müller, Chefe de Polícia, garantiram a Kurt Prüfer, embaixador alemão, substituto de Karl Ritter, que o Brasil não romperia relações, nem declararia guerra ao Eixo, enquanto Oswaldo Aranha afirmou a Ugo Sola, embaixador italiano, que não cortaria relações diplomáticas e comerciais com a Itália (SEITENFUS, 1985: 368-70). Antes do ataque japonês, no dia 12 de novembro de 1941, Oswaldo Aranha havia declarado à imprensa que o Brasil não ficaria neutro, se a guerra atingisse diretamente o continente americano (AOA, 1941). Porém, Aranha foi forçado a se retratar perante os embaixadores do Eixo logo depois, desmentindo sua declaração.

A III Reunião dos Chanceleres teve início na capital brasileira no dia 15 de janeiro de 1942. Na abertura Vargas e Aranha discursaram. Vargas lembrou a posição firme e decidida do Brasil,

“fiel aos compromissos solenes” do movimento Pan-Americano e exaltou também a harmonia americana. Oswaldo Aranha declarou a “imortalidade da democracia” (MRE, 1944c: 112), apesar de representar um país que possuía um regime de exceção. Por sugestão dos chanceleres da Bolívia e da Argentina, Oswaldo Aranha foi indicado presidente da Conferência por aclamação, durante a 1ª reunião plenária (MRE, 1944c: 04).

Os participantes da Conferência ficaram divididos em duas comissões: a primeira, de Proteção do Hemisfério Ocidental, presidida pelo próprio Oswaldo Aranha; e a segunda, de Solidariedade Econômica, presidida pelo chanceler mexicano, Ezequiel Padilla. A indicação de Aranha para a 1ª comissão foi feita por Sumner Welles (MRE, 1944c: 05). Logo, o grande incentivador do alinhamento dos países latino-americanos com os Estados Unidos ocupou as posições-chave da Conferência, procurando garantir a unanimidade continental para o rompimento das relações com os países do Eixo.

Quando iniciou a Conferência, ficou claro para os representantes diplomáticos do Eixo que as notícias tranquilizadoras que eles obtiveram, extraoficialmente, de representantes do governo brasileiro de que o Brasil pretendia manter-se neutro, não estavam condizentes com a realidade. Logo, os embaixadores da Alemanha, Itália e Japão remeteram cartas a Oswaldo Aranha com ameaças veladas, numa última tentativa de fazer com que o Brasil mantivesse sua neutralidade diante da guerra, porque essa pressão exercida pelos três embaixadores era a última medida que podia ser tomada antes do início das hostilidades, que não interessava de modo algum aos países do Eixo.

Prüfer escreveu a Aranha afirmando que o rompimento das relações significava uma declaração de guerra (MRE, 1944c: 119). Ugo Sola iniciou a correspondência de maneira amistosa, dirigindo-se “não ao Chanceler do Brasil (...), mas especialmente ao amigo”, evocando os laços de amizade existentes entre os dois países. Contudo, deixou claro que se ocorresse o rompimento, o Eixo faria de tudo para ganhar a guerra (AGV, 1942: 42.01.16). A carta de Itaro Ishi, embaixador japonês, continha a mesma tese, de que o rompimento de relações diplomáticas e comerciais significava guerra, mas Ishi despachou também para o Ministro da Guerra, Gaspar Dutra, cópia da carta acrescida de um bilhete, onde pedia que Dutra interviesse pessoalmente, a fim de evitar o rompimento das relações nipo-brasileiras e a conseqüente quebra da neutralidade brasileira.

Além disso, Ishi tentou marcar uma audiência com Getúlio Vargas, com a mesma intenção. Apesar das ameaças, Ishi garantiu que mesmo se o Brasil se envolvesse na guerra, como aliado dos norte-americanos, os imigrantes japoneses no Brasil haviam sido instruídos para não criar nenhum transtorno para as autoridades (AGV, 1942: 42.01.17).

Para os três embaixadores, Oswaldo Aranha usou uma resposta-padrão, afirmando que o Japão tinha iniciado a agressão contra um país americano e a Alemanha e Itália haviam declarado guerra ao mesmo, deixando a decisão final para o "superior interesse continental" e que o Brasil não considerava o rompimento de relações, naquela circunstância, igual a uma declaração de guerra (MRE, 1944c: 121-3), apesar disso implicar diretamente em alinhamento, cessão de bases e fornecimento de material estratégico para os Estados Unidos. Assim, Aranha procurou isentar o governo brasileiro de qualquer responsabilidade pelos próximos acontecimentos.

A Reunião dos Chanceleres prosseguiu com os trabalhos divididos entre as duas comissões. A Comissão de Defesa do Hemisfério Ocidental foi dividida em duas subcomissões. A primeira acolheu projetos que tratavam das atividades subversivas (principalmente pró-Eixo), da solidariedade continental e da atitude dos países americanos diante da guerra, entre outros (MRE, 1942a). A segunda tratou dos problemas do pós-guerra, organização jurídica do continente e comunicações. A Comissão de Solidariedade Econômica, foi dividida em cinco subcomissões, que buscavam tratar da integração econômica continental para o esforço de guerra (MRE, 1942b). Com tudo isso, traduziu-se juridicamente o movimento que aliciou a maior parte do continente americano sob a direção e tutela dos Estados Unidos, em nome do Pan-americanismo. Nas palavras de Gerson Moura, os norte-americanos utilizavam o foro multilateral para obter "uma visão comum dos problemas internacionais e, a partir daí, realizar também ações comuns, que fortalecessem a liderança norte-americana no continente" (1991: 08).

Outro assunto abordado pela Reunião dos Chanceleres foi o acordo de paz entre Peru e Equador. Durante o ano de 1941, ocorreram diversos choques armados na fronteira entre os dois países, e em províncias equatorianas, como Loja, Zapotillo, Cazaderos, Maracá e El Oro, entre outras. O conflito entre os dois países era motivado pela discordância da linha de fronteira, numa região rica em minérios. Os governos norte-americano, argentino, chileno e

brasileiro ofereceram-se para mediar o conflito, para manter a harmonia pan-americana. Ficou acertada uma trégua e o acordo de paz ficou marcado para ser discutido e aprovado durante a Reunião dos Chanceleres no Rio de Janeiro. Após a assinatura do tratado, que se pensava seria definitivo, ficou acertado a retirada de tropas, fiscalizada pelos países mediadores, e a demarcação da linha de fronteira entre os dois países, e o Peru manteve os ganhos territoriais (MRE, 1944b: 06). Aparentemente resolvido, em 1981 e no começo de 1995, Peru e Equador voltaram a travar escaramuças na mesma fronteira demarcada há mais de 50 anos, mais especificamente na cordilheira do Condor, forçando uma nova intervenção diplomática dos países mediadores, sendo declarada nova trégua, que até o presente momento está sendo respeitada.

Os únicos percalços para a total 'harmonia pan-americana' foram postos pela Argentina e pelo Chile. O desejo de aprovar um documento prevendo rompimento automático de relações foi rejeitado por ambos, o que levou à aprovação apenas de uma recomendação de rompimento, pois teve que ser feita uma escolha: ou uma declaração firme e decidida sobre o rompimento aprovada pela maioria ou uma declaração mais branda que garantiria a unanimidade da Conferência. Historicamente a Argentina possuía uma política externa de contestação aos Estados Unidos, sendo o relacionamento entre ambos o maior problema da política externa argentina na época. Para aceitar as imposições norte-americanas havia muita resistência interna. O principal obstáculo para a política externa norte-americana na Conferência do Rio de Janeiro foi a Argentina, na sua impossibilidade de participar ativamente do movimento pan-americano, como era exigido pelos seus vizinhos.

É necessário acrescentar que não interessava, nem à Grã-Bretanha nem à Alemanha, a quebra de neutralidade argentina, pois estes dois países dependiam das exportações de carnes, couros e cereais platinos, e o alinhamento com os norte-americanos significaria que os navios que transportassem mercadoria argentina transformar-se-iam em alvos para os *U-Boote* alemães. Isso rendeu aos argentinos uma série de retaliações dos países americanos, capitaneados pelos Estados Unidos, até 1945, principalmente no âmbito político-econômico, como, por exemplo, não reconhecendo o governo Farrell, que ascendeu ao poder através de um golpe de Estado em 1943.

Em 1944, o governo argentino finalmente rompeu relações com o Eixo, o que não foi suficiente para que os norte-americanos relaxassem a pressão que vinham exercendo: promoveram sanções contra os argentinos até março de 1945, quando a Argentina finalmente declarou guerra à Alemanha e ao Japão, apesar da resistência interna. O Chile rompeu relações com o Eixo em 1943.

A recusa da Argentina e do Chile em aprovar o rompimento automático, ao invés da recomendação, atrapalhou, mas não comprometeu de maneira decisiva os resultados da Conferência. O jornal *The New York Times* noticiou esse fato como “a maior vitória diplomática da Argentina” (AGV, 1942: 42.01.19). Analisando comparativamente as atuações do Brasil, Argentina e Chile durante esse período, será possível obter uma visão sobre a importância relativa e a margem de manobra no plano internacional de cada país.

Em dezembro de 1941, conforme citado anteriormente, o governo chileno reivindicou sediar a 3ª Reunião e solicitou também o envio de armamento adequado para a proteção nacional, alegando inclusive que era iminente um ataque japonês à sua costa, na tentativa de ser incluído no programa *Lend Lease* norte-americano, entretanto isso não surtiu o efeito desejado pelos chilenos, o que fez com que, em represália, o governo chileno proclamasse sua neutralidade.

O Brasil tinha a posição estratégica mais importante para os norte-americanos. Do Nordeste podia-se alcançar o Norte da África com aviões. Oswaldo Aranha foi o maior incentivador da cooperação com os Estados Unidos no continente, além do Brasil ser considerado peça-chave do movimento pan-americano na América do Sul. Tudo isso elevou o poder de barganha brasileiro, fato que não aconteceu com o Chile, e Getúlio Vargas soube perceber e se utilizar desta situação. Para a questão alinhamento/neutralidade, pode-se fazer uma comparação entre Brasil e Argentina, sem deixar de observar que a importância relativa dos dois países no contexto internacional era diferente. Logo, supõe-se que a Argentina não conseguiria tantas vantagens quanto o Brasil no caso de alinhamento com os norte-americanos na Conferência do Rio, pelo fato de possuírem um poder de barganha menor e o Brasil enfrentaria sanções bem maiores que a Argentina caso mantivesse a neutralidade, pois a cooperação brasileira era fundamental para a estratégia norte-americana.

Como já foi afirmado anteriormente, o apoio brasileiro aos norte-americanos, não foi gratuito. O rompimento brasileiro com o Eixo e a cessão de bases no Nordeste aos norte-americanos só foi concretizada graças à inclusão do Brasil no programa *Lend Lease* que garantiu ao país o fornecimento de armamento moderno a um custo razoável. O acordo sobre armamentos foi finalmente assinado em 03 de março de 1942, diferente do tratado *Lend Lease* assinado em outubro de 1941, que não surtiu o efeito desejado pelos militares brasileiros, neste acordo os norte-americanos se comprometeram a fornecer armas e munições ao Brasil num valor total de 200 milhões de dólares, até 1948, e o governo brasileiro pagaria apenas 70 milhões de dólares por este material.

No último dia da Conferência, 28 de janeiro, foi assinada a ata final da reunião, com 41 resoluções, que tratavam de assuntos como: a recomendação de ruptura de relações com os países do Eixo; acordos de divisão da produção (entre matérias-primas e produtos manufaturados e industrializados), distribuição para o continente e orientação da produção para o esforço de guerra; medidas policiais e jurídicas contra as atividades subversivas, promovidas por nacionais do Eixo e simpatizantes; adesão à Carta do Atlântico; tratamento de não-beligerante às nações americanas que se encontrarem em guerra com potências extracontinentais; criação da Junta Interamericana de Defesa; manutenção e ampliação de rede de transportes e comunicações; e outras questões como saúde e salubridade pública e humanização da guerra, entre outras (MRE, 1944c: 131-65).

Analisando esse rol, nota-se a preocupação de tentar extirpar a influência europeia da América, principalmente dos países do Eixo e a colocação dos Estados Unidos como o 'grande irmão' do norte, que tutelaria as nações ao sul do Rio Grande. Além da dimensão política, percebe-se também que as resoluções referentes a estrutura econômica hemisférica atendiam às exigências da indústria norte-americana, orientando a produção continental de acordo com suas necessidades e situando a América Latina à condição de produtores de matérias-primas e de consumidores de produtos industrializados. Dois anos depois, em 1944, a Conferência de Bretton Woods estabeleceria as bases da nova ordem econômica mundial no pós-guerra, de acordo com a demanda dos países mais avançados economicamente, do mesmo modo que as resoluções da esfera econômico-financeira da Conferência do Rio de Janeiro.

No mesmo dia da assinatura da Ata Final, o governo brasileiro comunicou aos países do Eixo oficialmente a ruptura das relações diplomáticas e comerciais, aplicando a resolução I da Conferência, chamando de volta todos os brasileiros em serviço oficial nestes países e devolvendo os passaportes aos diplomatas do Eixo e seus familiares (MRE, 1944c: 127-30).

Após a III Reunião dos Chanceleres e a declaração brasileira de rompimento das relações diplomáticas e comerciais com os países do Eixo, as bases estratégicas do nordeste brasileiro e de Fernando de Noronha começaram a ser utilizadas efetivamente pelos norte-americanos e, em março de 1942, foi assinado outro acordo *Lend Lease* entre os dois países, que previa a entrega de material bélico norte-americano a preços e condições bem favoráveis para o Brasil. Contudo, no período 1942-3, esse acordo ainda não garantia a entrega de armamentos na quantidade pretendida pelas forças armadas brasileiras.

Entre fevereiro e março de 1942, o Ministro da Fazenda, Artur de Souza Costa, chefiou uma missão de funcionários do governo brasileiro aos Estados Unidos, para negociar e pôr em prática algumas das resoluções da III Reunião, buscando viabilizar a cooperação econômica entre os dois países. Foram assinados acordos sobre três pontos, que foram denominados Acordos de Washington: 1) as minas de minério de ferro de Itabira, propriedade da Grã-Bretanha; 2) financiamento para o fornecimento de material estratégico para os norte-americanos e 3) absorção do excedente de borracha brasileira pelo mercado norte-americano (MRE, 1944c: 33).

O acordo sobre as minas de Itabira garantiu a cessão, por parte da Grã-Bretanha, da propriedade das minas de minério de ferro para o Brasil e o *Eximbank* emprestou US\$ 14 milhões para a melhoria do transporte ferroviário e marítimo do minério. O acordo também previa que a produção das minas seria absorvida pelos mercados anglo-americanos. Para que o Brasil desenvolvesse a "produção de materiais básicos e estratégicos e outros recursos naturais" (MRE, 1944c: 35) para a defesa continental, o *Eximbank* abriu um crédito de até US\$ 100 milhões, obedecendo a resolução II da Conferência do Rio de Janeiro, que recomendava "medidas para fortalecer as finanças dos países produtores" (MRE, 1944c: 134-5) para melhorar a produção e a distribuição.

No tocante ao acordo sobre a borracha, o Brasil se comprometeu a vender para os Estados Unidos toda a produção excedente de borracha e seus derivados industrializados, face a grande necessidade da indústria bélica norte-americana. Assim a *Rubber Reserve Company*, órgão do governo norte-americano, assumiu o controle da borracha brasileira no mercado continental. Também foram assinados outros acordos, durante o ano de 1942, sobre o café, cacau, babaçu, mamona e algodão, entre outros. A maior parte da produção brasileira de algodão era, até setembro de 1939, absorvida pela Alemanha. Quando começou a II Guerra Mundial, o comércio teuto-brasileiro foi drasticamente reduzido e o Japão aumentou suas importações de algodão brasileiro, que foram suspensas após a III Reunião dos Chanceleres. O acordo do algodão, assinado com os Estados Unidos, garantiu o escoamento do excedente da produção brasileira para os mercados canadense e o britânico (MRE, 1944c: 40). Graças a esses acordos cada vez mais o Brasil confirmava o seu lugar de fornecedor de matérias-primas e consumidor de produtos industrializados dos países desenvolvidos.

No fim do mês de maio de 1942, os governos brasileiro e norte-americano criaram a Comissão Técnica Militar Mista para estudar e propor acordos militares entre os dois países. Também foram postas em prática as resoluções XVII e XXXIX da Conferência, que tratavam respectivamente das atividades subversivas e da criação de uma junta de defesa continental (MRE, 1944c: 146; 162-3). Estabeleceu-se então, em abril de 1942, em Montevideú, a Comissão Consultiva de Emergência para a Defesa Política do Continente, de acordo com a resolução XVII. Essa comissão deveria propor medidas aos países americanos para reprimir qualquer manifestação política favorável ao Eixo e prejudicial à estabilidade política do continente. A resolução estipulava algumas medidas necessárias, tais como: fechamento de associações; restrição do trânsito interno e de naturalização de nacionais do Eixo, registro dos mesmos perante as autoridades policiais; proibição de aquisição de aviões, armas de fogo, explosivos e radiotransmissores e finalmente limitação do trânsito dos mesmos pelas fronteiras dos países americanos. A Junta Interamericana de Defesa, segundo a resolução XXXIX que a criou, começou a funcionar em Washington. Os delegados designados para representar os países americanos na junta seriam os próprios adidos militares naquela capital. O objetivo da junta era a proposição de medidas para viabilizar a defesa do continente face ao conflito mundial (MRE, 1944c: 12).

Para diminuir ainda mais a influência ítalo-germânica no Brasil, os Estados Unidos financiaram a aquisição das empresas aéreas LATI e Condor, que eram propriedades italiana e alemã respectivamente, e assim o Brasil assumiu o controle das duas companhias que faziam rotas aéreas domésticas.

Após a III Reunião, os Estados Unidos lançaram uma série de represálias contra a Argentina, o 'mau vizinho' do continente americano que, junto com o governo chileno, não rompeu relações diplomáticas e comerciais com os países do Eixo. As retaliações norte-americanas contra os argentinos duraram de 1942 até março de 1945, quando estes declararam guerra à Alemanha e ao Japão, e eram exercidas em duas esferas: na econômica e na política, movendo sanções comerciais e buscando desmoralizar o governo argentino, como, por exemplo, identificar os governantes argentinos como nazifascistas e assim justificar as medidas rigorosas empreendidas contra aquele país que se recusava a participar ativamente da comunidade pan-americana e a colaborar mais estreitamente com os norte-americanos.

O Brasil nesse contexto procurou agir com extrema cautela, pois como 'aliado especial dos Estados Unidos' na América do Sul, o governo Vargas tinha que apoiar a ação norte-americana, contudo o governo brasileiro também não desejava entrar em atrito com a Argentina. Assim, durante esse período, o Brasil agiu como um mediador entre os dois governos, procurando negociar com os argentinos a quebra da neutralidade platina. O governo argentino enfrentava, além da pressão norte-americana, uma pressão interna, no sentido contrário. Segundo Sandra Brancato, a parcela da opinião pública argentina que defendia a manutenção da neutralidade dividia-se em três segmentos:

a dos que [a] defendiam (...) devido aos interesses econômicos do país relacionados com suas fortes ligações comerciais com a Europa, especialmente a Grã-Bretanha; a dos que alegavam que as pressões externas não poderiam tolher o direito do país de se autodeterminar (...); a de importantes setores militares que na defesa do nacionalismo ou por uma certa identidade com a Alemanha nazista, resistiam em se unir aos aliados (BRANCATO, 1994: 259).

Entre 1943 e 1944, depois de várias intervenções diplomáticas do Brasil, o governo argentino, então chefiado pelo general Ramírez sinalizava o desejo de romper relações com a Alemanha e o Japão. Porém, devido à pressões internas, a Argentina se mantinha neutra. Além da opinião pública, o governo era pressionado também pelo grupo militar secreto GOU.² Finalmente em 16 de janeiro de 1944, Ramírez cederia às pressões externas e romperia as relações com a Alemanha e o Japão e, por esse motivo, foi substituído pelo general Farrell. Para os Estados Unidos só o rompimento não era suficiente: era preciso que a atitude da Argentina fosse mais contundente. Dessa forma, os norte-americanos não reconheceram o novo governo instalado em Buenos Aires e conclamaram as demais repúblicas americanas a fazer o mesmo; continuaram com as sanções econômicas e não aceitavam o ingresso dos argentinos na ONU, que estava em gestação, agregando inicialmente os países signatários da Carta do Atlântico. Apenas em março de 1945, depois da declaração de guerra à Alemanha e ao Japão, as repúblicas americanas reconheceram o regime argentino, na reunião de Chapultepec (BRANCATO, 1994: 259).

Apesar da declaração de guerra entre Alemanha e Estados Unidos ter sido feita em 11 de dezembro de 1941, os choques armados entre os dois países no Oceano Atlântico tiveram início nos meses anteriores. Entre 1940 e 1941, o presidente Roosevelt interpretava a neutralidade de seu país de um modo bastante flexível, contrariando as convenções internacionais sobre os Estados Neutros, fornecendo equipamentos bélicos pelo *Lend Lease* aos adversários da Alemanha e, ainda em 1940, a Marinha dos Estados Unidos doou à Marinha Real cinquenta contratorpedeiros antigos, em troca de bases navais nas Índias Ocidentais.

² O GOU, integrado por diversos oficiais das forças armadas argentinas, organizou dois golpes de Estado na primeira metade dos anos quarenta. Em 1943, levaram o general Ramírez à presidência e no ano seguinte o substituíram pelo general Edelmiro Farrell. Entre os integrantes do grupo estava o então coronel Juan Perón. A sigla GOU provavelmente significa *Grupo de Oficiales Unidos*.

No segundo semestre de 1941, ocorreram diversos incidentes entre a marinha norte-americana e a armada submarina alemã. Em setembro houve um combate, sem danos, entre um destróier e um submarino e poucos dias depois os navios norte-americanos estavam autorizados a atacar e destruir as belonaves alemãs em operação no Atlântico. Hitler, por outro lado, queria evitar um confronto direto com os Estados Unidos naquele momento e ordenou que os submarinos alemães só atacassem navios americanos se fossem hostilizados antes, pois os alemães, envolvidos na invasão da União Soviética e lutando contra os ingleses no Norte da África, não desejavam abrir uma nova frente de combate, contra um adversário dotado de um enorme parque industrial. Em outubro, outro combate resultou no afundamento do USS Reuben James, mas Hitler ensaiou um pedido de desculpas, discursando em novembro:

O presidente Roosevelt deu instruções aos navios norte-americanos para abrir fogo logo que avistarem navios alemães (...). Eu ordenei aos navios alemães que não abram fogo, quando avistarem navios norte-americanos, mas que se defendam, se forem atacados. Mandarei submeter a corte marcial qualquer oficial alemão que deixar de defender-se (*Apud* TOLLAND, 1978: 842).

Esse conflito não declarado nas águas do Atlântico, entre alemães e norte-americanos, só foi oficializado em dezembro. Depois do ataque japonês a Pearl Harbour, foram suspensas todas as restrições de ataque a navios dos Estados Unidos (dia 09) e a guerra foi declarada (dia 11). A decisão brasileira de fornecer material estratégico aos norte-americanos e de romper relações diplomáticas e comerciais com os países do Eixo, em janeiro de 1942, transformou a frota mercante nacional num alvo óbvio para os *U-boote* alemães.

Em janeiro de 1942, o almirante Dönitz, chefe da armada submarina da *Kriegsmarine*, aproveitando o intenso tráfego marítimo na América do Norte e o despreparo e inexperiência dos norte-americanos para operações anti-submarinas, lançou a Operação *Paukensschlag*, enviando cinco submarinos para operar na área compreendida entre o cabo Hatteras (litoral da Carolina do Norte, Estados Unidos) e o Golfo de São Lourenço (Canadá). Nesta região,

na altura da cidade de Norfolk, foram vitimados os navios mercantes brasileiros Buarque (15 de fevereiro) e Olinda (18 de fevereiro) pelo submarino U-432, e depois o Arabutan (07 de março) foi a pique, atingido pelo U-155. Esses navios trafegavam como nos tempos de paz, com farta iluminação, muitos contatos pelo rádio e viajavam em linha reta. Os tripulantes do Arabutan conseguiram descrever o submarino que os vitimou para as autoridades navais norte-americanas, como possuindo sessenta metros de comprimento, entre oitocentas e mil toneladas de deslocamento e um canhão à frente e uma peça de artilharia antiaérea (*flak*) à ré (MRE, 1944d: 86-7); provavelmente um submarino Tipo VII alemão.

Os torpedeamentos de navios brasileiros continuaram e os submarinos italianos que serviam sob o comando da *Kriegsmarine* também obtiveram êxito, afundando o Cabedelo (25 de fevereiro) e o Comandante Lira (19 de maio). O último navio brasileiro vitimado nas costas dos Estados Unidos foi o Cairu (09 de março), perto de Nova Iorque.³ Depois da frutífera temporada de caça no litoral norte-americano, denominada pelos comandantes alemães de “alegre massacre” (MANSON, 1975: 68), pois, só em janeiro de 1942, foram afundados 62 navios aliados, que deslocavam ao todo 327.000 toneladas, a área de atuação de submarinos foi deslocada para o Mar do Caribe, onde foram afundados, entre outros, 10 navios brasileiros: Parnaíba (1^o de março); Gonçalves Dias (24 de maio); Alegrete (1^o de junho); Pedrinhas (26 de junho); Tamandaré (26 de julho); Barbacena e Piave (28 de julho); Lages, Osório e Imediato João Silva (27 de setembro). Durante o primeiro semestre de 1942, 585 navios aliados, que deslocavam um total de 3.081.000 toneladas, foram afundados pelos submarinos alemães (MRE, 1944c: 130). Nesta época os navios mercantes do Brasil já adotavam algumas medidas de proteção, como silêncio de comunicações, luzes apagadas durante a noite e navegação em linha tortuosa, que não evitaram o afundamento dos navios, mas, por outro lado, dificultaram um pouco o trabalho dos *U-boote*.

³ Uma lista completa pode ser encontrada em Seitenfus (1985: 406 *et seq.*).

A primeira reação do governo brasileiro a estes ataques foi enviar, via Portugal, que cuidava dos interesses brasileiros em Berlim, diversos protestos ao governo alemão, mas os alemães sequer responderam. Diante do silêncio alemão, a administração Vargas editou os decretos-lei Nºs 4.166 e 4.283, de março e abril de 1942, respectivamente, e a portaria Nº 5.408 de abril de 1942, que estipulavam que os prejuízos infligidos pelos submarinos do Eixo à frota mercante nacional seriam ressarcidos pelos cidadãos da Alemanha, Itália e Japão, residentes no país (MRE, 1944c: 151-62).

Devido a escolta mais eficiente que estava protegendo os navios mercantes aliados no Atlântico Norte e para continuar com o elemento surpresa, Dönitz mudou a área de atuação dos submarinos para o sul, chegando até o Cabo da Boa Esperança. Na noite de 15 de agosto, mais cinco navios brasileiros foram vitimados, desta vez em águas nacionais: Aníbal Benévolo, Araras, Baependi, Itagiba e Araraquara. O Baependi transportava, entre outros, um contingente de soldados para Recife.

A situação havia chegado ao limite, o governo brasileiro precisava tomar uma posição mais firme em relação aos ataques dos submarinos alemães. A indignação popular aumentava a cada dia. Em 4 de julho (dia da independência dos Estados Unidos) aconteceu uma passeata, organizada pelo movimento estudantil, pelas ruas do Rio de Janeiro em apoio aos aliados e, no dia 18 de agosto, outro ato popular em protesto pelos ataques do Eixo à marinha mercante. Em 21 de agosto, o governo brasileiro remeteu, após reunião ministerial, comunicações aos governos alemão e italiano, reconhecendo o estado de beligerância entre eles. No fim do mês de agosto foi editado o decreto Nº 10.358, que declarava estado de guerra em todo o território nacional e suspendia diversas partes da Constituição (MRE, 1944c: 191-3), medida que não causou grandes mudanças no âmbito interno.

A partir de 1943, a importância do Brasil para os Estados Unidos se resumia basicamente ao apoio deste à política norte-americana na América do Sul. O valor estratégico do nordeste brasileiro diminuiu bastante após o sucesso da Operação Tocha, no fim de 1942, e graças a isso, os técnicos norte-americanos pensavam que não fosse necessário enviar mais armamentos para o Brasil, nos termos do *Lend Lease*, para a defesa do Nordeste de um eventual ataque do Eixo.

A participação ativa do Brasil na guerra, enviando tropas para a frente de combate serviu para, entre outras coisas, não só continuar mas aumentar o envio de armamentos norte-americanos. Contudo, o envolvimento brasileiro na guerra não foi planejado *a priori*. O ataque dos *U-boote* a navios brasileiros, seguido da reação popular de indignação e revolta, foram consequências da III Reunião dos Chanceleres, pois o Brasil rompera relações com o Eixo, cedera bases e fornecera matéria-prima estratégica para os Estados Unidos, o que eliminou qualquer tipo de restrição em relação a frota mercante nacional para a guerra submarina coordenada pelo Almirante Dönitz.

O passo seguinte para o Brasil foi decidir como seria a participação mais ativa na guerra. O envio de tropas para a área de combate era a medida mais lógica, porque garantiria a entrega de mais armamentos pelos Estados Unidos; maior prestígio político na América Latina; maior apoio político da população; experiência de combate num conflito moderno e, talvez, o direito a participar das conferências de paz. O projeto tinha um grande problema: o Brasil podia apenas fornecer soldados. Os armamentos, uniformes, treinamento, transporte, comunicações e apoio logístico teriam que ficar a cargo dos norte-americanos. Essas dificuldades esbarravam em outra questão: seria interessante para os Estados Unidos a presença de tropas brasileiras na frente de combate? O que o governo norte-americano desejava do Brasil foi obtido na Conferência do Rio de Janeiro.

Gerson Moura mostra muito bem o problema geral enfrentado por aqueles que desejavam ver a FEB lutando contra os nazifascistas, e as implicações práticas deste ato aparentemente simples de ser resolvido, mas que guardava inúmeras complicações:

O lento progresso da FEB teve consequências sérias para a política externa brasileira, em especial para as relações militares e políticas com os Estados Unidos (...). Em agosto de 1943, Dutra, o ministro da Guerra, procurou agir de modo mais incisivo na questão da FEB e foi aos Estados Unidos para conversações com as autoridades militares [norte-] americanas. No decorrer de suas entrevistas com o gen. Marshall, Dutra solicitou a remessa de armamentos novos (tanques) para o Brasil e sugeriu alterações nos planos de organização da

força expedicionária. Tentou também extrair dos americanos informações precisas sobre a época e o local em que as tropas iriam desembarcar. Marshall respondeu a Dutra com evasivas, observando que a primeira divisão da FEB não tinha sequer sido ainda organizada e não poderia ser enviada ao campos de batalha antes do início de 1944. (...) O resultado dessas circunstâncias foi que o fim do ano de 1943 foi um período de recriminações mútuas. Os brasileiros acusavam os Estados Unidos de haver extraído muitos ganhos do Brasil e de haver perdido seu interesse anterior; evidência disso era a hesitação dos Estados Unidos em despachar a FEB para o teatro de guerra. Washington respondia no mesmo tom, alegando que os brasileiros não tinham aceito plenamente a orientação do *War Department* e nem mesmo completado a organização das unidades da FEB (1991: 32-3).

O mais irônico desse jogo de acusações era que ambos os lados tinham razão: norte-americanos não conseguiam disfarçar uma *má vontade* em atender as demandas brasileiras; o governo brasileiro por outro lado, não conseguia nem sequer organizar as tropas que seriam enviadas ao teatro de operações.

A presença de tropas brasileiras na frente de combate não forneceria vantagem direta alguma para os exércitos aliados, como foi declarado pelos generais do alto comando conjunto. Posteriormente, o envio da Força Expedicionária Brasileira para um teatro de guerra secundário (a península itálica), longe das batalhas decisivas da frente russa e da Normandia, demonstrou a importância da contribuição brasileira para as operações bélicas, e essa contribuição só foi concretizada em 1944, depois de muita negociação entre Brasil e Estados Unidos. Em troca, os norte-americanos obtiveram o direito de uso das bases do Nordeste após o término do conflito. A situação política na Argentina em 1943/44 também pesou na decisão de fortalecer militarmente o Brasil e enviar a FEB para o campo de batalha. Após o término da II Guerra Mundial, foi muito útil para os Estados Unidos a influência que conseguiram sobre as forças armadas brasileiras.

Finalmente em fevereiro de 1943, o Brasil anunciou oficialmente a adesão à Carta do Atlântico e a Declaração das Nações Unidas, essa que derivou diretamente da primeira, onde os governos signatários se comprometiam a utilizar todos os seus recursos contra os países do Eixo. Antes de assinar a declaração, o governo brasileiro reconheceu o regime instalado na União Soviética, apesar do incômodo dessa atitude. Alguns anos depois, em 1947, o Brasil romperia as relações diplomáticas com os soviéticos.

A partir da década de trinta, os norte-americanos lançaram as bases da hegemonia continental, fundamentada na Política da Boa Vizinhança, passo a passo nas conferências interamericanas, desde Buenos Aires, em 1936, e Lima, em 1938, renunciando formalmente à intervenção direta nos assuntos internos dos países americanos. Com a I e a II Reuniões dos Chanceleres solidificou-se o conceito de solidariedade continental e de defesa coletiva, apoiados nas forças armadas e na indústria bélica dos Estados Unidos. Reforçando sempre o discurso de amizade, cooperação e bem-estar geral, os norte-americanos conseguiriam moldar política e economicamente o continente segundo suas necessidades.

Getúlio Vargas evitou, durante esse período, qualquer aliança com os blocos de poder mundiais, até que assegurasse os elementos necessários para o progresso nacional. A presença de simpatizantes dos Estados Unidos e da Alemanha dentro do governo permitiu que o Brasil mantivesse a posição entre os dois blocos e a posição estratégica brasileira, tanto política quanto geográfica, dentro da América do Sul e a situação internacional fez crescer bastante a margem de manobra nacional perante as potências. O início da guerra em 1939 e o bloqueio naval britânico às embarcações alemãs contribuíram para empurrar o Brasil para a órbita norte-americana. Contudo Vargas manobrou habilmente para se alinhar oficialmente apenas quando tivesse as garantias de suprimento das necessidades nacionais. Ou então até quando fosse possível fazer demandas. Esse momento foi a Conferência do Rio de Janeiro.

Entre 7 de dezembro de 1941 e 28 de janeiro de 1942, o Brasil ainda era um país oficialmente neutro. Entretanto, neste período, o governo brasileiro deu os passos finais em direção ao alinhamento de fato com os Estados Unidos. Quando os embaixadores do Eixo perceberam que o abandono da neutralidade brasileira era iminente

tentaram o único recurso que tinham em mãos para evitar esse fato, que não surtiu efeito. Os embaixadores da Alemanha e Japão fizeram ameaças e tentaram aliciar os membros do governo brasileiro simpatizantes do Eixo para forçar a manutenção da neutralidade nacional. O embaixador italiano, além das ameaças veladas, apelou para a amizade e o bom relacionamento entre os dois países. Este episódio mostrou que apesar da existência de duas correntes de opinião dentro do governo (germanófilos e americanófilos), as decisões mais importantes de política externa do Brasil, como a quebra da neutralidade e a declaração de beligerância, não encontravam oposição entre as lideranças civis e militares do país.

Aproveitando a sua posição privilegiada momentânea, o Brasil aspirava tornar-se uma potência associada aos Estados Unidos na América do Sul. O que contrariava o planejamento norte-americano. A Conferência do Rio de Janeiro foi o ápice de dois planos políticos: o brasileiro, que havia recebido as garantias de fornecimento que pleiteava há muito tempo; o norte-americano reservado para a América Latina, que conseguia, graças ao apoio brasileiro, por em ação a aliança continental, apesar do problema argentino. A Argentina não se alinhou aos Estados Unidos em janeiro de 1942 devido a diversos motivos: pressão da opinião pública e do grupo militar GOU, que eram contrários ao abandono da neutralidade e da interferência externa na política nacional, que traria, entre outras coisas, prejuízos à atividade mercantil platina.

As resoluções do Rio de Janeiro não se limitaram apenas ao problema político e militar, decorrente da guerra. As resoluções de cunho econômico moldaram a economia continental de acordo com as necessidades norte-americanas, como seria feito em escala mundial dois anos depois, em Bretton Woods. Os dirigentes do Brasil e do restante da América Latina, não conseguiram ou não queriam enxergar as medidas a longo prazo, contentando-se em resolver o problema imediato de produção e distribuição de matérias-primas. Politicamente a Conferência também preparou o continente para a divisão bipolar do pós-guerra.

Após a Conferência e a assinatura do acordo militar entre Brasil e Estados Unidos, os militares brasileiros pensavam que iriam receber os tão esperados armamentos modernos, que atrasavam e não eram mandados na quantidade esperada. Com o sucesso da Operação Tocha, no fim de 1942, a importância estratégica do nordeste brasileiro diminuiu sensivelmente. O que poderia garantir o aumento

do volume de material bélico entregue no país, além de outras vantagens, seria a participação de tropas nacionais na frente de combate. O reconhecimento da beligerância entre Brasil e Alemanha, em agosto de 1942, foi motivado pelo torpedeamento da frota mercante brasileira por submarinos do Eixo, que foi causado pelo rompimento de relações diplomáticas e comerciais que foram a consequência imediata da Conferência do Rio de Janeiro. A participação direta do Brasil na guerra estendeu os ganhos materiais obtidos na III Reunião dos Chanceleres por mais tempo e também trouxe prestígio político para o país. Em troca, os Estados Unidos ganharam o direito de utilizar as bases brasileiras em tempo de paz e influenciaram bastante o pensamento militar brasileiro.

Após o conflito, o equívoco de que o Brasil seria uma potência associada aos Estados Unidos na América do Sul foi desfeito, apesar do país manter-se alinhado aos norte-americanos. Mas, qual foi o limite entre as atuações? O Brasil pendeu mais para *global player* ou para um ator performático, o qual visava o público interno? Talvez a trajetória da FEB possa oferecer um indício para tal questionamento. Entre a concepção da Força Expedicionária até o envio dos soldados para a Itália se passaram dois anos. Conforme afirmado acima, houve um 'jogo de empurra'. Mas, voltando a atenção para a postura brasileira – preocupação maior com o ato em si do que com os aspectos práticos do mesmo –, talvez seja lícito supor que a ênfase fosse a imagem interna do regime.

Fontes documentais avulsas

Fundação Getúlio Vargas – Centro de Pesquisa e Documentação da História do Brasil (FGV – CPDOC)

Arquivo Getúlio Vargas (AGV)

Telegrama de Franklin Roosevelt a Getúlio Vargas. Documento Nº 41.12.09 – XXXVI-77, de 09 de dezembro de 1941.

Carta do embaixador do Brasil na Argentina, Rodrigues Alves, a Getúlio Vargas. Documento Nº 41.12.18/3 – XXXVI-83a, de 18 de dezembro de 1941.

Carta de Franklin Roosevelt a Getúlio Vargas. Documento Nº 42.01.07/2 – XXXVII-5, de 07 de janeiro de 1942.

Carta de Ugo Sola a Oswaldo Aranha. Documento Nº 42.01.16 – XXXVII-8, de 16 de janeiro de 1942.

Carta do embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Carlos Martins Pereira e Souza, a Getúlio Vargas. Documento Nº 42.01.19 – XXXVI-15, de 24 de janeiro de 1942.

Carta de Itaro Ishi a Eurico Gaspar Dutra. Documento Nº 42.01.17 – XXXVII-18, de 27 de janeiro de 1942.

Arquivo Oswaldo Aranha (AOA)

O Jornal, edição de 13 de novembro de 1941.

Ministério das Relações Exteriores (MRE)

Diário das sessões da Terceira Reunião de Consulta dos Chanceleres das Repúblicas Americanas – Nº 05. 20 de janeiro de 1942, 1942a.

Diário das sessões da Terceira Reunião de Consulta dos Chanceleres das Repúblicas Americanas – Nº 07. 22 de janeiro de 1942, 1942b.

Referências bibliográficas

ARGUELHES, Delmo de Oliveira. *A Conferência do Rio de Janeiro de 1942: o ponto decisivo da política externa getulista*. Brasília: UnB (dissertação de mestrado), 1996.

_____. 'A Conferência dos Chanceleres Americanos de 1942 e o envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial'. In SILVA, Francisco Carlos Teixeira da et alii (org). *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010, pp. 115-45.

BRANCATO, Sandra Maria Lubisco. 'A neutralidade argentina na Segunda Guerra Mundial: efeitos sobre as relações entre Brasil, Argentina e Uruguai'. In Amado Cervo & Wolfgang Döpcke (org). *Relações internacionais dos países americanos – vertentes da história*. Brasília: Edunb, 1994, pp. 256-66.

Brasil, MRE. *Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 1936*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

_____. *Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 1938*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

_____. *Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 1940*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944a.

_____. *Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 1941*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944b.

_____. *Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 1942*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944c.

_____. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial, volume 2*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944d.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo império perecerá: teoria das relações internacionais*. Brasília / São Paulo: Edunb / Imprensa Oficial, 2000.

GAMBINI, Roberto. *O duplo jogo de Getúlio Vargas*. São Paulo: Edições Símbolo, 1977.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto / PUC Rio, 2006.

McCANN Jr., Frank D. *The Brazilian-American alliance 1937-1945*. New Jersey: Princeton University Press, 1973.

MANSON, David. *Submarinos alemães: a arma oculta*. Rio de Janeiro: Rennes, 1975.

MOSCONI, Franco. 'Neutralidade'. In Norberto Bobbio, Nicola Matteucci & Gianfranco Pasquino. *Dicionário de política – volume 2*. 5ª edição. Brasília: Edunb, 1993, pp. 821-4.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

_____. *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

SEITENFUS, Ricardo A. S. *O Brasil de Getúlio Vargas e a Formação dos Blocos – 1930/1942: o processo de envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

TOLLAND, John. *Adolf Hitler*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

